

REDE DE MONITORAMENTO TERRITORIAL INDEPENDENTE
Tema: Incidência no Contexto de Mineração
2º Encontro

Data: 11 de maio de 2022

Local: Zoom

Participantes: Brent Millikan (FGVces); Dal Bezerra; Danielli (CPI - Acre); Dion Monteiro (Movimento Xingu Vivo); Edenise; Elis Araújo; Flávio Montiel (International Rivers); Gabriel Cozende (CPI / PUC-RJ); Isabel (MAM); Iremar Ferreira; João Andrade (GT Infra); João Climaco (FONASC); Kena Chaves (FGVces); Leo Bakker (CSF Brasil); Marcela Torres (Association Inter); Maria Francineide; Mariana Lacerda (Adv); Maurício Angelo (Observatório da Mineração); Messias (MAM); Pedro Nassar (Instituto Mamirauá); Renato Rocha (OPAN); Ricardo Carvalho (OPAN); Samantha Heloisa; Samir Luna (FGVces); Tainá Holanda (FGVces); Vanessa (WCS).

Objetivos: Fomentar a troca de experiências e discutir estratégias de incidência para proteção de territórios ameaçados ou atingidos por projetos de mineração industrial e de garimpo na Amazônia.

Relato da reunião:

Abertura

Após as boas vindas, Kena Chaves e Brent Millikan iniciaram o segundo encontro do ciclo temático da Rede MTI, que tem como foco o fomento de trocas de experiências sobre estratégias de incidência em contextos de mineração na Amazônia. Logo após, as duas organizações convidadas compartilharam suas experiências, seguidas de rodadas de comentários e perguntas dos demais participantes.

1) Monitoramento de Processos Minerários (OPAN)

■ [OPAN_Monitoramento de processos minerários para garimpo de ouro.pdf](#)

Segundo Renato Rocha, representante da Operação Amazônia Nativa, a iniciativa de Monitoramento de Processos Minerários consiste em um esforço de sistematização dos processos minerários em tramitação na Agência Nacional de Mineração. Apesar da escala nacional do monitoramento, em sua apresentação Renato optou por focar no contexto do Estado do Amazonas, especialmente impactado e pressionado pelo setor minerário.

O monitoramento realizado pela iniciativa considera as diferentes formas assumidas no trâmite de processos minerários no Brasil, como o “regime de autorização”, o “regime de concessão”, o “regime de licenciamento”, o “regime de extração” e o “regime de PLG”. No Amazonas, a principal substância da mineração é o minério de ouro, objeto de 33% dos requerimentos minerários no estado. Da totalidade dos requerimentos, 42,5% estão na fase conhecida como “requerimento de lavra garimpeira”, sendo 99,75% de autoria de cooperativas de garimpo. Entre as cooperativas requerentes, apenas dez concentram 90,5% dos requerimentos, o que aponta para a expressiva centralização das organizações do setor garimpeiro e minerário. Por fim, o monitoramento aponta que muitos dos

requerimentos encontram-se sobrepostos a Unidades de Conservação e dentro dos limites de Terras Indígenas.

De acordo com Renato, os dados acima elencados, somados à grande proporção de requerimentos em áreas contíguas, questionam a definição legal de garimpo como “atividade artesanal”, baseada apenas na tipologia de substâncias utilizadas na atividade garimpeira e quem é identificado como titular, independente da escala, técnicas utilizadas e grau de impacto socioambiental. A organização da categoria, assim como a extensão territorial ocupada e requerida e os impactos sobre povos e comunidades são característicos de uma atividade econômica de grande escala. Esse cenário impõe a necessidade de articulação das organizações da sociedade civil com o MPF e organizações de base para incidência política e proteção dos territórios, e demanda o fortalecimento de estratégias de repasse rápido e eficiente de informações sobre processos que atinjam povos e comunidades.

2) Calculadora dos Impactos do Garimpo Ilegal de Ouro (CSF Brasil)

Leo Bakker, da Conservação Estratégica, compartilhou em sua apresentação o contexto e as motivações que levaram à concepção e ao lançamento da plataforma online nomeada como “Calculadora dos Impactos do Garimpo Ilegal de Ouro”. A iniciativa tem por objetivo monitorar e avaliar de forma rápida e robusta os impactos do garimpo ilegal de ouro no Brasil, considerando distintas dimensões de análise. A calculadora resultou da necessidade, sentida por parte do Ministério Público Federal e outras instituições e atores, como a Escola de Saúde Pública, de uma ferramenta de apoio ao monitoramento, que possibilitasse o cálculo dos impactos socioambientais oriundos do aumento expressivo da atividade ilegal garimpeira.

A iniciativa construída com apoio da CSF Brasil está ancorada em uma metodologia baseada em parâmetros generalizáveis, mas também contextuais, isto é, com certa sensibilidade para características específicas de cada caso / região, que permite valorar os impactos ocasionados pelo garimpo ilegal em diferentes realidades locais, com métricas que se estendem para todo o território nacional. A metodologia fundamenta-se em 5 variáveis: I. produtividade do garimpo ilegal; II. tipologia do impacto (subdividida em 3 grandes grupos: a. desmatamento; b. degradação profunda do solo e assoreamento de rios; c. contaminação por mercúrio); III. tipos de garimpo; IV. custo de restauração; V. custo de oportunidades. Por custo de restauração, a iniciativa calcula qual o custo necessário para reverter os desequilíbrios ambientais e sociais ocasionados; ao passo que, por custo de oportunidades, são contabilizados os potenciais ganhos perdidos com a prestação de serviços ambientais, créditos de carbono e turismo, por exemplo. A calculadora considera, ainda, a relação entre diferentes aspectos da análise, como a área total da mineração e a quantidade de ouro produzido; a profundidade da cava / volume; a quantidade de uso de mercúrio; a proporção de contaminação do solo; e a proporção de desmatamento e perda de camadas profundas do solo.

A partir dos resultados gerados - que demonstram, por exemplo, que os impactos ambientais e sociais gerados pelo garimpo ilegal são ao menos duas vezes maiores do que os ganhos pessoais daqueles que lucram com essa atividade -, as organizações envolvidas almejam sensibilizar a sociedade civil e os órgãos governamentais, e incidir politicamente

contra o garimpo ilegal de ouro, pressionando pela criação de uma legislação proibitiva mais completa e eficaz.

Rodada de comentários e perguntas:

Após as apresentações, os demais participantes contribuíram com comentários e perguntas sobre o tema, fomentando o debate a respeito das estratégias de incidência possíveis e já mobilizadas em um cenário complexo de aumento do número de processos minerários e impactos gerados pelo garimpo ilegal, sobretudo na região amazônica. As contribuições privilegiaram diferentes eixos temáticos, como: possíveis formas de monitorar todos os atores e toda a extensão das cadeias produtivas; nexos e articulações políticas entre garimpeiros e o lobby da mineração no Congresso; caminhos e estratégias para avançar na garantia de informações prévias e eficientes, em formatos didáticos, para povos e comunidades atingidos por requerimentos para empreendimentos minerários ou garimpo ilegal; capacidade de uso de dados da Calculadora de Impactos do Garimpo Ilegal de Ouro em processos de licenciamento de projetos financiados por grandes bancos; entre outros. Também foram comentados os efeitos sinérgicos verificados no contexto da mineração e do garimpo, e a estratégia de valoração dos efeitos e impactos como incidência política para mitigá-los, com refinamento das metodologias, e a relevância da articulação entre iniciativas (por exemplo, com o MapBiomass). Por fim, os presentes concordaram com a necessidade de pressionar pela garantia da Consulta Livre, Prévia e Informada, respeitando os Protocolos de Consulta.

Encaminhamentos

- Construir e apresentar no próximo encontro uma proposta de publicação no tema do monitoramento e incidência em contextos de mineração para as iniciativas apresentadas;
- Seguir com próximos encontros do ciclo de trocas.

Materiais e links compartilhados

-
- “Garimpeiros voltam a ocupar Serra do Aripuanã para extrair ouro” (Reporter MT): <https://www.reportermt.com/geral/garimpeiros-voltam-a-ocupar-serra-do-aripuanã-para-extrair-ouro-ilegalmente/167841>
- BAKKER (et al.). Economic Impacts on Human Health Resulting from the Use of Mercury in the Illegal Gold Mining in the Brazilian Amazon: A Methodological Assessment: <https://www.mdpi.com/1660-4601/18/22/11869>
- Calculadora de Impactos de Garimpo Ilegal de Ouro, da CSF Brasil: <https://calculadora.conservation-strategy.org/#/>

- Relatório “A expansão da mineração e do garimpo no Brasil nos últimos 36 anos - Destaques do Mapeamento Anual de Mineração e Garimpo no Brasil entre 1985 e 2020”, do MapBiomias (ago 2021):
https://mapbiomas-br-site.s3.amazonaws.com/Fact_Sheet_1.pdf
- Relatório “Quem é quem no debate sobre mineração em Terras Indígenas”, da APIB e do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração (jan 2022):
<http://emdefesadosterritorios.org/wp-content/uploads/2022/03/Quem-e%CC%81-Quem-no-debate-sobre-Minerac%CC%A7a%CC%83o-em-Terras-Indi%CC%81genas-2.pdf>
- Encontro Nacional Mineração e Garimpo em Terras Indígenas: Conexões Perigosas (Mesa 2) (ago 2020): <https://www.youtube.com/watch?v=KHr2OZXq9OY&t=5740s>
- Relatório “Análise custo-benefício da interligação terrestre de Pucallpa - Cruzeiro do Sul”, da CSF Brasil (mar 2022):
<https://www.conservation-strategy.org/sites/default/files/field-file/%28PORT%29%20ACB%20Pucallpa%20Cruzeiro%20do%20Sul%20OK.pdf>